

Revisitando a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: análise da produção científica

Revisiting the third generation of public policies for family farming in Brazil: an analysis of scientific production

Revisitando la tercera generación de políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil: análisis de la producción científica

Grupo Temático 12 - Avaliação de Políticas Públicas

Alan de Paula Silva, Universidade Federal de Viçosa
Luana Ferreira dos Santos, Universidade Federal de Viçosa
Maria Eduarda Mingardi, Universidade Federal de Viçosa

RESUMO

O presente estudo tem o objetivo de revisitar a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil (Grisa; Schneider, 2014), por meio da realização de uma inscrição literária e de uma revisão sistemática da literatura. Apoiando-se na análise de conteúdo segundo Bardin (2016), a pesquisa é de caráter exploratório e de natureza qualitativa, haja vista que foram analisados 62 artigos acadêmicos que referenciam o artigo “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil”. Os artigos incluídos na análise foram subdivididos em três áreas temáticas, considerando estudos que tratavam do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) de modo isolado e os que tratavam dos dois de maneira conjunta. Após a primeira separação, foram aplicados códigos que dão nome aos subcapítulos de resultados, sendo tais: i) Panorama das publicações; ii) Terceira geração de políticas: Análise da publicação científica a partir dos segmentos codificados; iii) Agenda de Pesquisa. Evidencia o avanço no que concerne às políticas públicas para a agricultura familiar, mas aponta que ainda existe a necessidade da construção de um arcabouço teórico mais estruturado e de mecanismos que permitam a efetiva implementação do PAA e do PNAE.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Políticas públicas. Terceira geração de políticas públicas. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

ABSTRACT

The present study aims to revisit the third generation of public policies for family farming in Brazil (Grisa and Schneider, 2014), through a literature mapping and a systematic literature review. Based on content analysis according to Bardin (2016), the research is exploratory in nature and adopts a qualitative approach, given that 62 academic articles referencing the paper “Three generations of public policies for family farming and forms of interaction between society and the State in Brazil” were analyzed. The articles included in the analysis were subdivided into three thematic areas, considering studies that addressed the Food Acquisition Program (PAA) and the National School Feeding Program (PNAE) separately, as well as those that examined both jointly. After the initial classification, codes were applied that correspond to the result subchapters, namely: i) Overview of publications; ii) Third generation of policies: Analysis of scientific publications based on coded segments; iii) Research Agenda. The study highlights progress in public policies for family farming, but also points out the ongoing need to build a more structured theoretical framework and mechanisms that enable the effective implementation of the PAA and the PNAE.

Keywords: Family farming. Public policies. Third generation of public policies. Food Acquisition Program (PAA). National School Feeding Program (PNAE).

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo revisitar la tercera generación de políticas públicas para la agricultura familiar en Brasil (Grisa; Schneider, 2014), a partir de la realización de una inscripción literaria y una revisión sistemática de la literatura. Apoyándose en el análisis de contenido según Bardin (2016), la investigación es de carácter exploratorio y de naturaleza cualitativa, dado que se analizaron 62 artículos académicos que hacen referencia al artículo “Tres generaciones de políticas públicas para la agricultura familiar y formas de interacción entre sociedad y Estado en Brasil”. Los artículos incluidos en el análisis se subdividieron en tres áreas temáticas, considerando estudios que abordaban el Programa de Adquisición de Alimentos (PAA) y el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) de forma aislada, así como aquellos que trataban ambos de manera conjunta. Tras la primera clasificación, se aplicaron códigos que dan nombre a los subcapítulos de resultados, a saber: i) Panorama de las publicaciones; ii) Tercera generación de políticas: análisis de la producción científica a partir de los segmentos codificados; iii) Agenda de Investigación. El estudio evidencia avances en lo que respecta a las políticas públicas para la agricultura familiar, pero señala que aún existe la necesidad de construir un marco teórico más estructurado y de mecanismos que permitan la implementación efectiva del PAA y del PNAE.

Palabras clave: agricultura familiar. Políticas públicas. Tercera generación de políticas públicas. Programa de Adquisición de Alimentos (PAA). Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE).

1. Introdução:

As políticas públicas para a agricultura familiar têm crescido em âmbito nacional, mesmo que historicamente essa categoria produtiva não tenha sido foco de recursos governamentais (Matos; Menezes, 2019). Ainda nesse aspecto, o termo agricultura familiar não havia sido introduzido no Brasil, tendo uma noção inicial desse conceito surgido em meados de 1985. Até esse período, utilizava-se a denominação de pequenos produtores, pequenos proprietários ou lavradores, sendo a década de 1990 o marco inicial das aparições de pesquisas que introduzem os termos propriedade familiar e agricultura familiar (Silva; Silva, 2024).

A falta de inclusão de até então pequenos produtores é advinda do baixo reconhecimento da importância desse sistema de produção nas primeiras discussões, intervenções estatais e investigações conduzidas por pesquisadores (Matos; Menezes, 2019; Silva et al., 2013). Além disso, ao se voltar para uma análise histórica, Silva (1999) afirma que os governos de Figueiredo (1979-1985), Sarney (1985-1990) e Collor (1990-1992) tinham ênfase em desenvolver exportações dos produtos produzidos em solo brasileiro, na tentativa de reduzir a dívida externa. Essa movimentação governamental ocasiona então a diminuição do consumo interno, favorecendo classes ricas que tinham controle sobre terras e capital e negligenciando a agricultura familiar com baixos investimentos (Silva; Silva, 2024).

Ainda nesse aspecto, os movimentos sociais ganharam força como forma de oposição às políticas excludentes aplicadas ao segmento rural, que tinham como efeito o aumento do número de pessoas em pobreza e da concentração de terras em classes elitizadas (Silva; Silva, 2024; Schneider, 2014). A partir de 1990, os debates sobre essas políticas públicas foram trazidos à tona; discussões e pesquisas sobre o tema ganharam centralidade como consequência de um cenário de transformações políticas, econômicas e sociais (Schneider, 2010). O controle inflacionário em solo brasileiro abre espaço para debates sobre o desenvolvimento econômico; a partir da Constituição Federal de 1988 e posteriormente, do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), torna-se possível dialogar acerca, dentre outros temas, do setor rural, onde os coletivos sociais passam a apresentar soluções para as problemáticas da sociedade civil (Schneider, 2010; Grisa, 2021; Silva; Silva, 2024; Grisa; Schneider, 2014).

Dentre esses outros temas, têm-se as políticas públicas para a agricultura familiar. Segundo resultados do Censo Agropecuário de 2017 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os números relacionados à agricultura familiar vêm crescendo desde a década de 1990, o que mostra a importância dessa categoria de produção. O referido Censo revela ainda que a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agrícolas, 67% do pessoal ocupado em agropecuária, além de um valor de produção que equivale a 23% de toda a produção agropecuária e é essencial para a economia



de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes (IBGE, 2017). Em âmbito mais abrangente, dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) apontam que a agricultura familiar em nível mundial representa cerca de um terço da produção alimentar, posicionando-a como principal fonte de fornecimento de alimentos e base da economia em áreas rurais (FAO, 2021).

Com o início da implementação de políticas públicas para a agricultura familiar, em especial o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), em 1996, surge também outras diretrizes que objetivam atender as necessidades dessa categoria, como a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 1999, da Secretaria da Agricultura Familiar, em 2001, e a regulamentação da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, conhecida como Lei da Agricultura Familiar (Grisa, Schneider, 2014). A criação do Pronaf culminou no desencadeamento de outras políticas públicas para a agricultura familiar, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da inserção desta categoria de agricultores no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (Grisa; Schneider, 2014).

As políticas públicas para a agricultura familiar evoluíram com o objetivo de atender às demandas desses agricultores, além de diminuir os números relacionados a desigualdades sociais, enfrentando a pobreza e a fome (Philippsen, 2022). Nessa direção, Grisa e Schneider (2014) indicam a existência de três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar, que auxiliam na compreensão dessas políticas públicas sob a perspectiva de contextos históricos que as influenciaram. A primeira geração é composta pela criação de um referencial agrícola e agrário; a segunda por um referencial voltado para questões sociais e assistenciais; e a terceira pela constituição de mercados para garantir a segurança alimentar e a sustentabilidade ambiental.

Há um destaque para a mudança nas relações entre o Estado e a sociedade civil, haja vista que, em vez de uma postura crítica e reivindicatória, a sociedade civil passa a ser propositiva e parceira na execução e coordenação das políticas públicas para a agricultura familiar (Grisa; Schneider, 2014; Schneider, 2010; Grisa, 2021; Silva; Silva, 2024). Ainda nesse sentido, Grisa e Schneider (2014) identificaram que, na primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar (1994-1996), o Pronaf se situa como a primeira política agrícola nacional direcionada especificamente para agricultores familiares, contribuindo para a capitalização destes e para o fortalecimento e garantia da produção agrícola. Na segunda geração (1997-2002), o Pronaf visou atender à diversidade socioeconômica da agricultura familiar, resultando na criação de grupos e linhas direcionadas aos agricultores familiares mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social. A terceira geração (2003 em diante) é marcada por políticas públicas como PAA e a inserção de compras públicas de alimentos da agricultura familiar no PNAE, a partir de 2009, dentre outras tomadas de decisão com foco em novas inserções mercantis e/ou na sustentabilidade (Grisa; Schneider, 2014).

Sendo assim, a partir da contextualização apresentada, este estudo se orienta pelo seguinte questionamento: como as políticas públicas para a agricultura familiar se apresentam como objeto da publicação científica a partir da publicação do artigo “Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil”? Dada a relevância do artigo de Grisa e Schneider (2014), este estudo tem como objetivo revisitar a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil (Grisa; Schneider, 2014), a partir da realização de uma inscrição literária e de uma revisão sistemática de literatura.

2. Agricultura Familiar e Políticas Públicas no Brasil

A definição de agricultura familiar pode variar dependendo do contexto e do país, mas geralmente inclui alguns elementos-chave. Primeiramente, a propriedade rural é administrada e operada pela própria família, que toma as decisões relacionadas à produção, aos investimentos e às estratégias agrícolas. A mão de obra na agricultura familiar é fornecida principalmente pelos membros da família, incluindo cônjuges, filhos e outros parentes (Schmitz; Mota, 2007).



ARTIGO

No Brasil, a Lei n.º 11.326, de 24 de julho de 2006, define a agricultura familiar e o empreendimento familiar rural como atividades econômicas dirigidas e geridas por uma família, que tenha a agricultura como base da economia familiar, incluindo o trabalho em regime de economia familiar, no qual a propriedade e a administração atendam requisitos pré-estabelecidos em lei. Dentre tais requisitos também estão estabelecidos critérios, como o grau de dependência do trabalho e o da predominância da mão de obra da família, para determinar o que constitui a agricultura familiar.

A diversificação da produção é outra característica comum da agricultura familiar. Muitas vezes, essas famílias cultivam uma variedade de culturas e produtos, o que pode incluir alimentos, culturas comerciais, criação de animais e até mesmo atividades complementares, como a produção de artesanato. A agricultura familiar também tende a estar integrada às comunidades locais, desempenhando um papel vital na subsistência da população rural e no desenvolvimento das áreas rurais (Altafin, 2007).

A agricultura familiar muitas vezes está associada a práticas agrícolas mais sustentáveis, como o uso de métodos tradicionais, orgânicos ou agroecológicos, contribuindo para a conservação ambiental e a preservação da biodiversidade (Schmitz; Mota, 2007). Além disso, não se limita à produção de alimentos para consumo próprio; muitas famílias também produzem excedentes que são comercializados (Grisa, et al. 2017). Lima, Silva e Iwata (2019) destacam a capacidade da agricultura familiar de garantir a disponibilidade de alimentos, reduzir a pobreza, criar oportunidades de emprego e renda, preservar a biodiversidade e manter as tradições culturais, constituindo-se como um modo de vida.

As múltiplas funções desempenhadas pela agricultura familiar estão associadas às dinâmicas sociais e econômicas dos territórios onde se desenvolve a atividade camponesa, fornecendo alimentos para o mercado, além de incluir a criação de trabalho e renda, a preservação do meio ambiente e a valorização da cultura local e do desenvolvimento regional (Altafin, 2007). No entanto, os desafios enfrentados pelos agricultores familiares podem variar amplamente em diferentes regiões e países, destacando a importância de políticas públicas específicas para apoiar essa categoria (Grisa et al., 2017).

Neste sentido, o Pronaf foi criado para atender às demandas da agricultura familiar via crédito rural, a partir da promulgação do Decreto n.º 1.946, de 28 de junho de 1996 (Brasil, 1996). Conforme Grisa e Schneider (2014), na primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar (1994-1996), o Pronaf se situa como a primeira política agrícola nacional direcionada especificamente para agricultores familiares, contribuindo para a capitalização destes e para o fortalecimento e garantia da produção agrícola. Na segunda geração (1997-2002), o Pronaf visou atender à diversidade socioeconômica da agricultura familiar, resultando na criação de grupos e linhas direcionadas aos agricultores familiares mais descapitalizados ou em situação de vulnerabilidade social. A terceira geração de políticas públicas (2003 em diante) é marcada por políticas públicas como PAA e a inserção de compras públicas de alimentos da agricultura familiar no PNAE (Grisa; Schneider, 2014).

O PAA surge com a Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com o objetivo de garantir a comercialização dos produtos da agricultura familiar e promover o acesso a alimentos adequados para pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional (Perin et al., 2021). O Programa teve origem em iniciativas anteriores, como o Programa Fome Zero, tendo como fundamento comprar alimentos diretamente dos produtores para incentivar o desenvolvimento regional e garantir a distribuição para pessoas em situação de vulnerabilidade (Delgado, Conceição, Oliveira, 2005). Por

meio do PAA, o governo federal, via órgãos como o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), adquire diretamente os alimentos dos agricultores familiares pelas chamadas públicas. Esses alimentos são destinados ao abastecimento de escolas, hospitais, instituições de assistência social e outras entidades da rede socioassistencial (Camargo, Baccarin, Silva, 2013).

Quanto ao PNAE, pode-se considerar que este é o mais antigo programa do Brasil relacionado à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e tem alcançado avanços significativos na proteção do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), sendo reconhecido pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) (Vasti; Souza, 2013). A Lei n.º 11.947, de 16 de junho de 2009, ampliou a atuação do PNAE ao determinar que a alimentação escolar deve ser fornecida a todos os estudantes da educação básica (educação infantil e ensino médio), estabelecendo também que, no mínimo, 30% dos recursos do Programa devem ser destinados à compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar (Brasil, 2009).

Ao longo dos anos, o PNAE se consolidou como uma importante política pública em diferentes áreas de atuação, promovendo a SAN dos estudantes e contribuindo para o desenvolvimento da agricultura familiar no país (Vasti; Souza, 2013). Um dos pontos fortes do PNAE é garantir uma alimentação saudável e de qualidade para os alunos da rede pública de ensino. Ao incluir alimentos típicos de cada região na alimentação escolar, o programa promove a preservação da cultura alimentar local e o respeito à diversidade cultural. Ademais, o PNAE pode ser um mecanismo capaz de fomentar a agricultura orgânica e agroecológica, estimulando práticas tradicionais de cultivo e valorizando a biodiversidade (Vilhena; Alves Júnior; Freitas, 2019).

Este tópico abordou a definição e as características da agricultura familiar e como as políticas públicas são cruciais para esta categoria de produtores rurais, evoluindo ao longo do tempo para atender às diversas necessidades dessa categoria, especialmente a partir de linhas de crédito rural e de mercados institucionais. A seguir, apresentam-se os passos aplicados para a execução dos procedimentos metodológicos para alcançar os objetivos propostos.

3. Procedimentos metodológicos

No que diz respeito aos aspectos metodológicos, o estudo é caracterizado pela abordagem qualitativa, que, segundo Creswell (2007), é adequada para o estudo de objetos a partir de perspectivas amplas e holísticas; se aplicando ao contexto deste estudo como esse tipo de perspectivas as múltiplas fontes de evidências que serão contempladas para a compreensão do fenômeno, sendo aqui empregadas a inscrição literária e a pesquisa documental. O estudo possui alcance descritivo, pois busca especificar características de algum fenômeno que possa ser submetido a uma análise, sendo útil para mostrar com precisão as dimensões de um fenômeno, acontecimento, contexto ou situação (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Os artigos foram coletados a partir do emprego do método de inscrição literária, método de investigação que organiza a literatura sobre determinado campo de pesquisa por meio de um ou mais artigos seminais ou artigos exemplares para o campo, além de observar os usos feitos do estudo exemplar (Américo, 2021). Aplicando o método da inscrição literária, o trabalho se fundamenta no artigo de Grisa e Schneider (2014), considerando-o como uma obra de referência para o campo, partindo do pressuposto dos efeitos que esse conhecimento segue produzindo e de como eles são trabalhados nas publicações científicas que citam este artigo.

Foi elaborada uma planilha do Excel (disponível no Apêndice deste Relatório) com as principais informações dos artigos, como: título, ano de publicação, periódico, palavras-chave, objetivos, resumo, número de citações e autoria. Por outro lado, visando alcançar resultados que atendessem ao objetivo de mapear a publicação científica que discorre sobre o PAA e o PNAE, foram aplicados filtros na busca, como: considerar apenas artigos (excluir teses, dissertações, editoriais etc.), considerar artigos publicados em periódicos e tratar diretamente das políticas públicas analisadas.

Após a operacionalização da coleta dos artigos, foram elaborados gráficos, tabelas e quadros com o objetivo de analisar os principais resultados dos artigos selecionados em termos de características relacionadas às políticas públicas para a agricultura familiar explicitadas (PAA e PNAE). Para a análise dos resultados, a análise de conteúdo foi aplicada com a finalidade de criar inferências a respeito de conteúdos documentais para descrever e interpretar o fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências e contextos, sendo uma técnica que tem se mostrado relevante no estudo de políticas públicas (Sampaio; Lycarião, 2021).

De acordo com Bardin (2016), a análise de conteúdo se organiza em torno de três polos cronológicos: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Na fase da pré-análise, as publicações científicas foram sistematizadas em uma planilha do Excel. Na exploração do material, foram identificados os sentidos atribuídos aos artigos incluídos na revisão de literatura, o que permitiu a criação de três áreas de análise (PAA, PNAE e ambas) e de códigos utilizados na análise final (resultados dos programas - teoria; resultados dos programas - prática; gargalos; multifuncionalidade da agricultura familiar e mercados institucionais). Já o tratamento dos resultados obtidos consiste na interpretação dos resultados apresentados nas categorias analíticas, ressaltando que a terceira categoria foi uma forma de triangular os resultados da pesquisa.

Em relação à seleção dos artigos incluídos na revisão, após a pesquisa preliminar na base Google Scholar, foram identificados 654 resultados, que se referem à quantidade de estudos que citam o artigo de Grisa e Schneider (2014) nessa base, considerando a busca realizada em abril de 2025. A partir desse número inicial, conduziu-se uma leitura flutuante dos materiais. Os critérios para inclusão na pesquisa determinavam que, para ser incluída, a produção deveria estar em formato de artigo, investigar o PAA ou o PNAE e ser de livre acesso. Não foram delimitados filtros relacionados à língua ou ao período de publicação visando alcançar o maior número possível de publicações.

Foram identificados 630 artigos, dos quais foram removidos 213 artigos que tratavam exclusivamente do Pronaf ou de temas gerais — questões rurais. Ainda sobre os critérios de remoção, foram excluídas 266 publicações por estarem em formatos diferentes de artigo — teses; dissertações; livros; capítulos de livros; resumos de livros; artigos de congresso; trabalhos de conclusão de curso; textos para discussão; e ebooks, totalizando assim 62 artigos incluídos.

Ainda sobre a metodologia, a etapa de exploração do material foi realizada no software MAXQDA. Os artigos completos foram importados para o software, em que, a partir da leitura flutuante dos trabalhos, foram criados códigos baseados na marcação de segmentos: palavras, frases e parágrafos, agrupados de acordo com semelhanças e diferenças. A ideia central da criação desses códigos foi tornar o material em algo que possa ser facilmente analisado e possível de receber inferências com base em número de repetições, relações ou mesmo padrões. Os códigos estão inseridos nas categorias temáticas e a sumarização das análises, configurada enquanto etapa de interpretação e tratamento dos dados, pode ser observada no capítulo de resultados e discussão. A licença do software foi adquirida pela professora orientadora e o programa foi instalado no

computador institucional da professora, concedendo acesso ao bolsista e um treinamento para que o estudante conseguisse operacionalizar o software.

4. Resultados e discussão

A análise dos periódicos indica uma distribuição distanciada entre os oito periódicos mais relevantes, não existindo uma concentração muito grande em um em específico, como mostra o Quadro 1. Em termos de números, a revista com o maior número de publicações é a Revista de Economia e Sociologia Rural, com seis publicações, e que se destaca pelo maior número de citações. Seguida pelo Colóquio e pela Revista do Desenvolvimento Regional, com três artigos. Além disso, as revistas *Brazilian Journal of Development*; *Raízes*; *Revista de Gestão e Desenvolvimento Regional*; *Espacios* e *Frontiers in Sustainable Food Systems* possuem duas publicações.

Quadro 1 - Periódicos e citações

Periódicos	N. artigos	N. de citações
Revista de Economia e Sociologia Rural	6	204
Colóquio - Revista do Desenvolvimento Regional	3	2
<i>Brazilian Journal of Development</i>	2	4
<i>Raízes</i>	2	6
Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional	2	6
Revista Gestão e Secretariado	2	1
<i>Espacios</i>	2	1
<i>Frontiers in Sustainable Food Systems</i>	2	0

Fonte: Elaboração própria. Resultados da pesquisa, 2025.

O artigo mais citado é de autoria de Cunha, Freitas e Salgado (2017), com 94 citações (Quadro 2) na data de realização da presente pesquisa. Este estudo analisou os impactos dos programas governamentais de aquisição de alimentos na agricultura familiar, por meio de 61 entrevistas com agricultores. Os resultados apontaram efeitos positivos econômicos, sociais, ambientais e de segurança alimentar, concluindo que os programas (PAA e PNAE) impulsionaram transformações socioeconômicas e ambientais relevantes para os agricultores participantes (Cunha; Freitas; Salgado, 2017).

Quadro 2 - Artigos mais citados

N. citações	Título	Autores	Ano de publicação
94	Efeitos dos Programas Governamentais de Aquisição de Alimentos para a Agricultura Familiar em Espera Feliz, MG	Cunha; Freitas e Salgado	2017
59	Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina	Elias et al.	2019
30	As compras públicas como estratégia para fomentar a transição orgânica: insights da experiência brasileira	Borsatto; et al.	2019
29	Percepção de agricultores familiares do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) sobre o significado de fazer parte do PAA e a sua compreensão sobre conceitos relacionados à alimentação, nutrição e saúde	Batista et al.	2016
N. citações	Título	Autores	Ano de publicação
27	Focalização e Cobertura do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA):	Salgado et	2017



	avaliação de sua eficácia nas regiões brasileiras	al.	
17	Análise da operacionalização da política de aquisição de alimentos da agricultura familiar por parte dos municípios: o caso do PNAE em três microrregiões do Oeste Catarinense	Kroth; et al.	2019
17	A Trajetória das Organizações de Agricultores Familiares e a Implementação de Políticas Públicas: um estudo de dois casos	Freitas; Ferreira e Freitas	2019
13	Agricultura Familiar, Extensão Rural e Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional: delimitando categorias analíticas à luz da implementação do Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil	Salgado; Dias e Souza	2020
12	(In)Segurança alimentar agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome	Leite e Leite	2022
12	O Grau de Satisfação dos Agricultores Familiares em Relação ao Programa de Aquisição de Alimentos	Nascimento; Johann e Basso	2017
12	Oferta de frutas e hortaliças da agricultura familiar na alimentação escolar	Barone et al.	2016

Fonte: Elaboração própria. 2025.

4.1. Terceira geração de políticas públicas: análise da publicação científica a partir dos segmentos codificados

4.1.1 Resultados dos programas e políticas - Prática

Em complementação aos resultados teóricos, o código em questão apresenta as principais constatações práticas do PAA e do PNAE para os agricultores familiares e para o ambiente em que estão inseridos. Nessa direção, os principais pontos dizem respeito aos resultados da implementação desses mecanismos na ampliação da produção de alimentos e na garantia de segurança financeira para os agricultores (Cunha; Freitas; Salgado, 2017; Petarly; Pedroso Neto, 2020). É observada também a segurança obtida pela diversificação agrícola advinda dos mercados institucionais que impulsionaram a diversificação a partir do oferecimento de alternativas à monocultura vivenciada anteriormente pelos agricultores (Monteiro; Silva; Pimentel, 2020; Cunha; Freitas; Salgado, 2017).

Os expostos se relacionam com o trabalho de Grisa e Schneider (2014) e Batista et. al, (2016) ao demonstrar o papel das políticas públicas para a agricultura familiar no fornecimento de segurança em termos de mercado e reestruturação produtiva dos agricultores e agricultoras familiares, ressaltando que o papel das políticas públicas para a agricultura familiar vai além do caráter essencialmente assistencialista.

Os estudos, em especial de Lima (2019); Freitas et al. (2011); Sousa (2021); Bearzi e Schneider (2018), abordam a importância dessas ações governamentais na criação e no fortalecimento de cooperativas e de associações. Os autores destacam ainda como o PAA e o PNAE apresentam papel fundamental no aumento do número de agricultores familiares que se organizam por meio do associativismo e cooperativismo e, consequentemente, conseguem maior acesso às políticas e aos

programas públicos e conquistam conhecimentos necessários para garantir sua participação na comercialização, em especial a pública.

As relações deste código com o trabalho de Grisa e Schneider (2014) sediam-se especialmente pelo consenso de que a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar ressalta a organização social e a construção de autonomia dos agricultores e agricultoras familiares por meio de conhecimento (Sousa; Beraldo, 2023; Pitaluga; Bourlegat, 2022).

Outros resultados evidenciam o papel do PAA e do PNAE na melhoria da renda e do bem-estar das famílias dos agricultores, haja vista que ao melhorar as condições econômicas, as famílias podem investir esse valor em saúde, educação, suas moradias e com lazer (Chiodi; Almeida; Assis, 2021). O estudo de Lima (2019) aborda ainda a valorização percebida pelos agricultores e agricultoras familiares em relação ao trabalho desenvolvido e a seus produtos. Grisa e Schneider (2014) abordam como as políticas públicas da terceira geração apresentam como alguns dos objetivos e consequências a inclusão produtiva e a melhoria da qualidade de vida das famílias do campo.

São observados também resultados relacionados à diminuição nos números de insegurança alimentar e ao aumento na qualidade de consumo alimentar das famílias produtoras - decorrente principalmente do autoconsumo dos produtos cultivados por eles mesmos (Brito et. al, 2021; Macedo et. al, 2017; Dalbianco et. al, 2024). Os estudos apontam que, de maneira geral, o PAA e o PNAE são insuficientes para a promoção da construção de sistemas agroalimentares com maior nível de complexidade, tendo em vista que a produção escoada por meio dessas políticas públicas são os principais, e por vezes únicos mecanismos de venda das famílias envolvidas, o que contrapõe o idealizado pela classificação da terceira geração que apresenta a busca por autonomia e sistemas agroalimentares robustos (Macedo et. al, 2017; Camara et. al, 2021).

Ao analisar o PAA e o PNAE a partir dos segmentos codificados, os resultados apontam que ambos os mecanismos têm garantido mercado e estabilidade de preço, mesmo que em diferentes níveis; além disso, estimulam o aumento e a diversificação da produção de alimentos e fortalecem a criação e o desenvolvimento de associações e cooperativas contribuindo para a inserção em mercados distintos e garantindo segurança financeira e alimentar para as famílias rurais (Cunha; Freitas; Salgado, 2017; Queirós et. al, 2021 Bearzi; Schneider, 2018).

4.1.2 Dificuldades

Para além dos resultados positivos, os estudos apontam uma série de dificuldades para a formulação e a implementação do PAA e do PNAE, que vão desde questões relacionadas à documentação, passando por logísticas e de governança (Chiodi; Almeida; Assis, 2021; Briato et. al, 2021; Sousa, 2021; Barone et. al, 2016). As dificuldades encontradas podem ser categorizadas em: i)

relacionadas à burocracia e ao acesso a informações; ii) relacionadas à produção e à logística; iii) relacionadas à gestão, às redes de colaboração e aos recursos humanos; e iv) relacionadas a questões financeiras.

Primeiramente, as dificuldades burocráticas dizem respeito a questões documentais e no processo de cadastro para participação, emissão de notas fiscais, na compreensão e acompanhamento de trâmites legais exigidos e na prestação de contas, em especial no PAA (Camargo; Bocca, 2019; Batista et. al, 2017; Salgado; Dias; Souza, 2020; Teotonio Nascimento; Johann; Basso, 2017; Borsatto et. al, 2019). Além disso, são observadas dificuldades relacionadas à adequação à legislação sanitária e à obtenção de selos de certificação de produtos orgânicos (Cavalcanti; Marjotta-Maistro, 2016). Os autores apontam ainda para assimetrias informacionais e problemas na divulgação de informações de maneira clara e acessível para os agricultores e agricultoras com menos instrução/formação (Pauli et. al, 2018).

Em termos de dificuldade em oferta e produção, boa parte dos agricultores familiares relatam ter produção em pequena escala, não conseguindo assim atender ao estabelecido pelos programas, não obstante, a baixa diversidade na produção, a sazonalidade e questões climáticas também influenciam na oferta de produtos (Sousa, 2021; Briato et. al, 2021). Quanto à logística, uma das principais dificuldades está relacionada ao transporte de produtos, de maneira mais específica, no escoamento deles até os pontos de entrega (Frutuoso, 2023).

O principal fator dificultante é a falta de veículos entendidos enquanto adequados para o transporte e por consequência a necessidade de contratar prestadores de serviços de frete, o que reduz a renda dos agricultores (Brito; Pereira; Pereira, 2018; Martins et. al, 2023). Por outro lado, foram observados também problemas relacionados à falta de infraestrutura específica para armazenamento adequado de produtos perecíveis, o que limita o escoamento e a venda.

Os problemas de gestão principalmente nas cooperativas são um ponto recorrente. Os principais problemas dizem respeito à falta de capacitação adequada para as equipes das cooperativas e de prefeituras municipais, o que reflete em uma baixa capacidade de gerenciamento e complexidade na implementação dos programas a nível municipal (Brito; Pereira; Santos, 2018; Salgado; Dias; Souza, 2020; Kroth et. al, 2019; Silva et. al, 2022; Lopes; Doula, 2016; Santos et. al, 2024). Por outro lado, a falta de assistência técnica também recebeu atenção, principalmente no que tangencia troca de informações e coordenação entre os atores envolvidos nas políticas públicas para a agricultura familiar, a assimetria informacional foi um fator entendido enquanto dificultante nos processos de construção de soluções dos problemas existentes (Camargo; Bocca, 2019; Pauli et. al, 2018; Sousa, 2021).

Em relação aos gargalos financeiros, o principal problema diz respeito ao baixo valor aplicado para a aquisição de alimentos, em especial por meio do PNAE, o que limita também a quantidade e a qualidade dos produtos (Silva; Hespanhol, 2019). Não obstante, observam-se também restrições orçamentárias em âmbito municipal, o que limita o valor percentual de aquisição dos alimentos e atrasa o pagamento direcionado aos agricultores e agricultoras familiares (Silva; Hespanhol, 2019).

Os gargalos apontados pela revisão de literatura evidenciam que existem dificuldades significativas na implementação do PAA e do PNAE, assim, mesmo com os avanços relacionados a essas políticas, os desafios persistentes dificultam a efetiva operacionalização delas (Salgado et. al, 2017).

4.1.3 Multifuncionalidade da agricultura familiar

Essa categoria emerge da observação das diferentes funções que a agricultura familiar assumiu na literatura. Assim, a multifuncionalidade abrange tanto o caráter econômico quanto o ambiental, o cultural e o social e o de segurança alimentar da agricultura familiar (Salgado; Dias; Souza, 2020; Sousa, 2021; Leite; Leite, 2022).

Ao analisar o PAA e o PNAE em sua gênese, o objetivo geral desses Programas era de garantir o alcance de objetivos multidimensionais, o que reforça sua multifuncionalidade e a busca por fornecimento de alimentos de qualidade e saudáveis para agricultores familiares, suas famílias e a população em geral além da diminuição nos números de insegurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento socioeconômico local através da melhoria de renda e de condições de trabalho para os envolvidos, contribuindo na circulação de dinheiro e na utilização do espaço rural (Perin et al., 2021; Delgado, Conceição, Oliveira, 2005; Cunha, Freitas; Salgado, 2017; Barone et. al, 2016).

Observa-se o papel da agricultura familiar enquanto promotora da diversificação dos agricultores familiares em atividades distintas, o que os auxilia na diversificação da produção e na variação de renda, garantindo assim segurança financeira (Macedo et. al, 2017; Carvalho; Becker; Neske, 2019). Assim, a literatura utiliza o conceito de multifuncionalidade na agricultura familiar para reforçar a contribuição desse setor em contextos distintos, ressaltando que não deve ser considerado apenas a função econômica das políticas públicas para a agricultura familiar, mas também as de garantia de segurança alimentar e nutricional, de desenvolvimento socioeconômico e de preservação ambiental (Batista et. al, 2016).

4.1.4 Mercados institucionais



ARTIGO

A operacionalização dos mercados institucionais também recebeu atenção nos documentos analisados. O conceito desse termo que evidencia que esses espaços onde o agente central é o Estado ganha destaque ao se discutir sobre o PAA e o PNAE, haja vista que a partir da implementação dessas políticas públicas o governo se responsabiliza como comprador dos alimentos, além de definir as regras e fazer a conexão entre os agricultores familiares e os consumidores finais (Cunha; Freitas; Salgado, 2017). Assim, Sousa (2021) aponta que os mercados institucionais são pontos estratégicos ao se discutir sobre a agricultura familiar, principalmente no que concerne ao crescimento socioeconômico e à diversificação e inclusão produtiva de agricultores familiares.

A criação desses mercados institucionais aumentou significativamente a segurança dos agricultores familiares, considerando a existência da garantia de escoamento da produção, tendo ainda auxiliado no maior reconhecimento e na garantia de espaço para a agricultura familiar em solo brasileiro (Borsatto et. al, 2020; Lima; Oliveira, 2020).

Foram identificados também gargalos e limitações nesses espaços de compra governamental, assim, a inserção de agricultores familiares nestes espaços tem sido dificultada pela existência de burocracias relacionadas à renda compatível e de conhecimentos específicos (Santos et. al, 2019). Além disso, a assimetria informacional também tem recebido destaque enquanto gargalo, alguns agricultores têm encontrado problemas para entender sobre as políticas e suas formas de acesso (Pauli et. al, 2018; Pitaluga; Bourlegat, 2022).

De modo amplo, os mercados institucionais constituídos e relacionados ao PAA e o PNAE são tentativas de construção de espaços para comercialização de produtos de maneira mais justa por meio da intervenção estatal (Batista et. al, 2016). Estes espaços são responsáveis pela superação dos desafios enfrentados pelos agricultores em mercados convencionais, mas ainda apresentam gargalos em sua implementação, principalmente relacionados à burocracia e a capacidades e conhecimentos técnicos.

Considerando propor uma agenda de pesquisa em temáticas no campo da educação no Brasil, de maneira geral e partindo dos dados relacionados à evolução das áreas temáticas identificadas no estudo, uma agenda de pesquisa futura pode ter o objetivo de acompanhar essa evolução, buscando prever crescimentos e declínios. Por exemplo, pode-se investigar se as alterações recentes no Plano Nacional de Educação influenciam a produção acadêmica.

Além disso, outros estudos podem analisar a rede de pesquisadores e instituições das áreas temáticas, acompanhando a evolução das pesquisas em cada área. Essa movimentação pode revelar padrões de colaboração em pesquisas. Outra possibilidade é a análise da influência de aspectos

socioeconômicos nas produções acadêmicas, buscando entender se crises econômicas ou mudanças sociodemográficas influenciam o número de pesquisas ao longo dos anos em cada área temática.

Ainda nesse sentido, pesquisas futuras podem se concentrar em investigações que comparam a evolução dos trabalhos brasileiros e internacionais, analisando como fatores regionais, geopolíticos ou culturais influenciam a produção científica de cada área.

Mais especificamente em relação às áreas temáticas, as análises indicaram determinados apontamentos sobre possíveis agendas de pesquisas futuras, conforme detalhado na tabela abaixo:

Quadro 3 - Agenda de pesquisa por área temática

Agenda de pesquisa	Principais estudos que basearam as sugestões
Análise geral - Análise conjunta dos efeitos do PAA e do PNAE em seus espaços de implementação; - Análise dos problemas e dos avanços alcançados com a integração do PAA e do PNAE; - Analisar se existem e quais competências são observadas nas redes de colaboração são fatores determinantes para o sucesso na efetiva implementação e absorção das políticas e programas direcionados à agricultura familiar. - Analisar de modo teórico a visão das PPAFs enquanto mecanismos de combate à fome, à pobreza, fatores relevantes no fortalecimento da agricultura familiar e enquanto geradoras de renda e empregos; - Aumentar a discussão sobre o caráter sustentável da agricultura familiar - em especial no que se relaciona à difusão de sistemas alimentares ambientalmente viáveis; - Analisar através de uma perspectiva comparativa os resultados teóricos e os práticos das PPAFs.	Vilela et al (2019); Borsatto et al (2020); Chiodi; Almeida & Assis (2022); Macedo et al (2017); Santos et al (2017); Carvalho; Becker & Neske (2019); Silva & Hespanhol (2019); Cunha; Freitas & Salgado (2017); Barone et al (2016); Frutuoso (2023); Cunha; Freitas & Salgado, (2017); Kroth et al (2019); Schottz (2019); Gonçalves; Baccarin (2018); Silva & Hespanhol (2019); Teotonio Nascimento; Johann & Basso (2017), Cavalcanti & Marjotta-Maistro (2016); Louzada; Venturieri & Rocha (2022); Souza & Estevam, (2021); Freitas; Ferreira & Freitas (2018); Schottz (2019); Borsatto et al (2020); Rodrigues; Daroit & Cruz (2014)
Resultados dos programas e políticas - Prática - Conduzir estudos de caso que apresentem dados quantitativos e qualitativos acerca da ampliação da área de produção ou da diversificação da produção de agricultores e agricultoras familiares; - Examinar a influência das políticas e programas na criação e no crescimento de cooperativas e na diminuição da distância existente entre os agricultores familiares e o Estado; - Investigar os desafios encontrados nos processos de organização por meio de cooperativas e associações e a efetiva representação dos interesses dos coletivos em especial em espaços onde a participação não é plena; - Examinar a existência de efeitos indiretos das PPAFs no cotidiano das famílias envolvidas.	Cunha; Freitas & Salgado (2017); Monteiro; Silva & Pimentel (2020); Batista et al (2016); Freitas et al (2011); Sousa (2021); Chiodi; Almeida & Assis, (2021); Lima (2019); Brito et al, (2022); Macedo et al (2017); Queirós et al (2021); Vilela et al (2020); Moreira et. at (2021); Sousa & Beraldo (2023); Nunes & Silva (2022); Bearzi & Schneider (2018); Nunes et al (2024)

Dificuldades - Identificar, analisar e categorizar os principais problemas de gestão encontrados pelos agricultores familiares, as cooperativas, associações e redes de colaboração e, em consonância, apresentar possíveis soluções; - Aprofundar as pesquisas sobre os desafios logísticos e de acesso a mercados e informações; - Examinar quais são as principais dificuldades existentes nas interações dentro das associações, cooperativas e redes de colaboração que causam assimetria informacional, problemas de gestão, sensação de não pertencimento e lacunas na educação associativista - considerando dinâmicas de poder; - Examinar de que forma as normas burocráticas afetam o acesso dos agricultores familiares ao PAA e ao PNAE e identificar quais estratégias podem auxiliar na inclusão e na acessibilidade de pessoas com menores níveis de instrução.	Chiodi; Almeida & Assis (2021); Briato et al (2021); Sousa (2021); Camargo & Bocca (2019); Batista et al (2017); Salgado; Dias & Souza (2020); Teotonio Nascimento; Johann & Basso (2017); Borsatto et al (2019); Cavalcanti & Marjotta-Maistro (2016); Pauli et al (2018); Brito; Pereira & Santos (2018); Martins et al (2023); Dias & Souza (2020); Silva & Hespanhol (2019); Salgado et al (2017); Lopes & Doula (2016); Pitaluga & Bourlegat (2022)
Multifuncionalidade da Agricultura Familiar - Investigar de modo mais específico a multifuncionalidade da agricultura familiar, considerando-a enquanto fator de incentivo à agroecologia, de aumento da autoestima feminina e como fator determinante do desenvolvimento local e regional; - Analisar de que forma a multifuncionalidade da agricultura familiar contribui para o desenvolvimento dos espaços onde os agricultores familiares estão inseridos; - Avaliar em qual nível a multifuncionalidade da AF auxilia e impulsiona a diversificação na produção de alimentos; - Analisar a existência e de que forma a agricultura familiar proporciona a preservação de saberes culturais de comunidades tradicionais.	Valencia et al (2021); Santos et al (2019); Salgado; Dias & Souza (2020); Sousa (2021); Leite & Leite (2022); Perin et al (2021); Delgado, Conceição, Oliveira (2005); Cunha, Freitas & Salgado (2017); Barone et al (2016); Macedo et al (2017); Batista et al (2016); Paulino; Ribeiro & Souza (2019); Pitaluga & Bourlegat (2022)
Mercados institucionais - Investigar a atuação do Estado enquanto mediador entre os agricultores familiares e os consumidores dos produtos finais; - Analisar os impactos socioeconômicos e culturais da criação dos mercados institucionais; - Examinar em qual nível e de que forma os mercados institucionais são fatores incentivadores da organização social dos agricultores familiares por meio da criação de cooperativas e associações e quais os principais problemas enfrentados por essas organizações na atuação dentro dos programas públicos; - Investigar de modo mais específico quais são os principais desafios burocráticos para acessar os mercados institucionais.	Cunha, Freitas & Salgado (2017); Sousa (2021); Borsatto et al (2020); Santos et al (2019); Pauli et al (2018); Batista et al (2016); Elias et al (2019); Brito; Pereira & Pereira (2018); Barbosa & Corrêa (2020); Lima & Oliveira (2020); Pitaluga & Bourlegat (2022)

Fonte: Elaboração própria. 2025.

Considerações finais

O presente estudo teve o objetivo de revisitar a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil (Grisa; Schneider, 2014), a partir da realização de uma inscrição literária e de uma revisão sistemática de literatura. A partir da aplicação da metodologia, foi possível identificar a estrutura da produção acadêmica que cita o artigo de Grisa e Schneider (2014) e, de modo mais específico, trata do PAA e do PNAE.

Os resultados da pesquisa corroboram os expostos por Grisa e Schneider (2014), que classificaram as políticas públicas para agricultura familiar em três gerações, enquadrando o PAA e o PNAE na terceira fase, que apresenta um caráter estruturante com foco na autonomia, na inserção e diversificação produtiva e na multifuncionalidade da agricultura familiar. Nesse sentido, as análises apontam a existência de funções das políticas públicas para a agricultura familiar que extrapolam o viés econômico e contribuem e conversam com questões socioeconômicas e culturais, posicionando esses mecanismos governamentais como relevantes no combate à insegurança alimentar, no fomento

da organização social, no desenvolvimento socioeconômico e ambiental e no fortalecimento de mercados institucionais.

Sob outra ótica, foram identificados gargalos relacionados à implementação do PAA e do PNAE, tanto em termos de gestão quanto em termos de execução efetiva desses programas, mesmo que suas formulações tenham um desenho bem definido, sendo essa uma lacuna de pesquisa para estudos futuros que tenham como objetivo analisar as desconexões entre a teoria e a prática desses instrumentos governamentais. Por fim, é apresentada uma agenda de pesquisa que aponta para a necessidade de estudos futuros que considerem os impactos de longo prazo dessas políticas, os procedimentos e processos existentes nos espaços de organização social e os principais desafios existentes na implementação do PAA e do PNAE.

O presente estudo evidencia o avanço no que concerne às políticas públicas para a agricultura familiar, mas aponta que existe a necessidade da construção de um arcabouço teórico mais estruturado e de mecanismos que permitam a efetiva implementação desses programas. Desta forma, o reconhecimento das multifunções da agricultura familiar aliado à valorização dos mercados institucionais e à resolução dos gargalos identificados é fator essencial para auxiliar na consolidação do PAA e do PNAE de uma forma mais equitativa e eficaz. Sugere-se pesquisas futuras que apliquem as categorias aqui geradas de uma forma empírica com agricultores familiares beneficiários das políticas públicas e gestores envolvidos na implementação destes programas.

Agradecimentos

Os autores agradecem à Fundação Arthur Bernardes pelo financiamento.

Referências:

- Altafin, I. (2007). Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar. CDS/UnB.
- Américo, B. (2021). Método de pesquisa qualitativa: Analisando fora da caixa a prática de pesquisar organizações. Alta Books.
- Bardin, L. (2016). Análise de conteúdo. Edições 70.
- Barbosa, Z. M., & Correa, B. S. (2020). Mercado institucional e políticas territoriais: A experiência dos agricultores familiares da comunidade de Matinha na zona rural de São Luís/MA. *Redes*, 25, 2185–2202.
- Borges de Lima, T. L., & Romarco de Oliveira, M. L. (2020). Mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Patos de Minas-MG: Representações sociais na agricultura familiar. *Sociedade em Debate*, 26(3), 251–268.
- Brasil. (1996). Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2006). Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar. *Diário Oficial da União*.
- Brasil. (2009). Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Atendimento da alimentação escolar. *Diário Oficial da União*.
- Brito, T. P., et al. (2021). A trajetória da execução do PNAE em um município atingido pela mineração. *Journal of Social*, 48–66.
- Brito, T. P., Pereira, S. B., & Pereira, V. G. (2018). Produção da agricultura familiar e participação em mercados locais e institucionais em Cristina (MG). Em *Anais do 56º Congresso da SOBER*. SOBER.
- Camara, S., et al. (2021). Construção de mercados agroalimentares. *Cooperativismo & Desarrollo*, 29(121), 1–21.



ARTIGO

- Camargo, R. de, Baccarin, J. G., & Silva, D. B. P. da. (2013). O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar. *Temas de Administração Pública*, 8(2), 1–21.
- Camargo, R. A. L., & Bocca, M. F. (2019). Mercados institucionais para a agricultura familiar e a extensão universitária. *Ciência & Extensão*, 15.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e mistos* (2ª ed.). Artmed.
- Dalbiano, V. P., et al. (2024). Política pública de aquisição de alimentos da agricultura familiar para servidores públicos municipais de Chiapetta/RS. *Observatório de la Economía Latinoamericana*, 22(5), e4675.
- Food and Agriculture Organization of the United Nations. (2021). Pequenos agricultores familiares produzem mais de um terço dos alimentos no mundo. FAO.
- Freitas, A. F., Ferreira, M. A. M., & Freitas, A. F. (2019). A trajetória das organizações de agricultores familiares e a implementação de políticas públicas. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 57(1), 10–27.
- Grisa, C. (2021–2022). O agronegócio e a agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29(3).
- Grisa, C., & Schneider, S. (2014). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52, 125–146.
- Grisa, C., Schmitz, H., & Mota, D. M. (2017). Capacidades estatais para o desenvolvimento rural no Brasil. *Sociedade e Cultura*, 20(1), 13–38.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Censo agropecuário 2017: Resultados definitivos*. IBGE.
- Lima, A. F., Silva, E. G. A., & Iwata, B. F. (2019). Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. *Retratos de Assentamentos*, 22(1), 50–68.
- Martins, G. C. C., et al. (2024). Evolução e desempenho da aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado do Pará (2011–2019). *Revista de Gestão e Secretariado*, 15(4), e3630.
- Matos, M. M. S., & Menezes, S. S. M. (2019). Efeitos do mercado institucional do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar camponesa. *Revista GEOgrafias*, 15(2).
- Melo da Silva, J., Delgrossi, M. E., & Pantoja, M. J. (2023). Food quality perceptions and agreements: Case of local purchases from family farmers for school feeding program in the federal district of Brazil. *Journal of Rural Studies*, 101, 103069. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.103069>
- Moreira, I. R. J., et al. (2021). Papéis e desafios das cooperativas da agricultura familiar na implementação do PNAE. *Espacio Abierto*, 30(3), 196–227.
- Nunes, E. M., & Silva, P. S. G. A. (2022). A construção de mercados na agricultura familiar: o PAA no Rio Grande do Norte. *Planejamento e Políticas Públicas*, (63), 79–109.
- Nunes, T. G., et al. (2024). Políticas públicas de segurança alimentar no Brasil e o PNAE em tempos de Covid-19. *Revista Foco*, 17(7), e5649.
- Page, M. J., et al. (2022). A declaração PRISMA 2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 31(2).
- Petarly, R. R., & Pedroso Neto, A. J. (2021). Agricultores familiares e o significado social do dinheiro do PNAE. *Oikos: Família e Sociedade em Debate*, 32(1), 245–272.

- Philippsen, M. (2022). A implementação da política pública do PRONAF na pesca artesanal no município de Imbé (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Pitaluga, C. M., & Bourlegat, C. A. (2022). Abastecimento alimentar pela agricultura familiar aos mercados institucionais em Mato Grosso do Sul. *Retratos de Assentamentos*, 25(1), 69–93.
- Sampaio, R. C., & Lycarião, D. (2021). *Análise de conteúdo categorial: Manual de aplicação*. Enap.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. D. P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa* (5ª ed.). Penso.
- Santos, J. R., et al. (2024). Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em Piaçabuçu-AL. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, 13(2), e1318.
- Santos, L. F., et al. (2017). Implicações das redes sociais para o acesso às políticas públicas. Em *Anais do 55º Congresso da SOBER*. SOBER.
- Santos, R., & Menezes, S. S. M. (2019). Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Coruripe/AL. *Revista Geonordeste*, (2), 151–172.
- Schmitz, H., & Mota, D. M. (2007). Agricultura familiar: elementos teóricos y empíricos. *Revista Agrotrópica*, 19, 21–30.
- Schneider, S. (2010). Situando o desenvolvimento rural no Brasil. *Revista de Economia Política*, 30(3), 511–531.
- Silva, D. B. P., et al. (2013). Os agentes sociais e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). In *Anais do Encontro Internacional Participação, Democracia e Políticas Públicas* (6.). UFSCar.
- Silva, J. F. G. (1999). *Tecnologia e agricultura familiar*. Editora da UFRGS.
- Silva, S. P., et al. (2023). Fatores intervenientes na aquisição municipal de produtos da agricultura familiar. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 28, e85275.
- Silva, W. H. G. e, & Silva, R. G. C. (2024). A agricultura familiar como protagonista na produção de alimentos em Rondônia. *Revista Geonorte*, 15(47), 98–113.
- Vasti, K. O., & Souza, E. B. de. (2013). Avaliação das principais modificações do PNAE. *Cadernos UniFOA*, 8(1), 21–29.
- Vilhena, M. R., Alves Júnior, A., & Freitas, A. F. (2019). Produtos da sociobiodiversidade no PAA e PNAE. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, 8(1), 71–102.